

**REQUERIMENTO** Número \_\_\_\_\_ / X (\_\_\_\_.ª)

**PERGUNTA** Número 2863 / X (4.ª)

Senhor Presidente da Assembleia da República

Excelência:

**Assunto:** Bandeira açoreana nos quartéis

**Destinatário:** Ministro da Defesa Nacional

Está a opinião pública açoreana mais sensível às questões institucionais da Autonomia Regional em suspenso, aguardando a solução do Governo sobre o hastear da bandeira dos Açores nos edifícios públicos militares.

O Estatuto, aprovado pela Assembleia da República, não isenta quaisquer edifícios públicos do uso da bandeira regional — e este ponto nunca foi objecto de contestação ao longo do conturbado processo de elaboração de tal diploma, ao contrário do que aconteceu noutros tempos em que deu origem à chamada “Guerra das Bandeiras”.

Entretanto, a PSP passou já a hastear a bandeira dos Açores. O Representante da República e até os Tribunais, que são órgãos de soberania, fazem-no desde o início da sua aprovação, em 1979, ou perto disso.

O próprio Presidente da Assembleia da República mandou hastear a bandeira dos Açores, na varanda do Palácio de São Bento, nos dias 8 e 9 do corrente, por ocasião da visita oficial do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores à capital, com um programa idêntico, senão mesmo superior, ao de presidentes de parlamentos amigos.

O Ministro da Defesa Nacional anunciou ter mandado elaborar um parecer sobre a matéria.

Como o tempo vai passando e o mandato do Governo se esgota, convém apurar o que se passa com tal parecer.

Expeça-se

Publique-se

26 / 06 / 2009

Q Secretário da Mesa

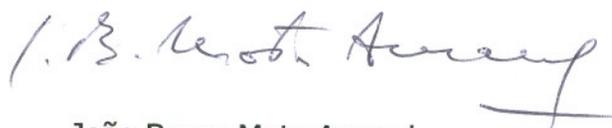
Alcarriz

Nestes termos, os Deputados do PSD eleitos pela Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição e do Regimento, formulam ao Governo, através do Ministro da Defesa Nacional, as perguntas seguintes:

- a) Em que estado se encontra a elaboração do parecer pedido pelo Governo acerca do caso da bandeira dos Açores nos edifícios militares existentes na Região?
- b) A quem foi pedido tal parecer e em que termos?
- c) Quando pensa o Governo anunciar a sua posição na matéria, tendo em conta o respeito das regras do Estado de Direito e os precedentes aludidos acima?

Lisboa e Sala das Sessões, 26 de Junho de 2009

**Os Deputados do PSD/Açores,**



João Bosco Mota Amaral

Joaquim Ponte

